



ISSN: 2595-5713
Vol. 03 | N°. 6 | Ano 2020

Tomé Pedro Morais

OS CLÉRIGOS CATÓLICOS E A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM MOÇAMBIQUE: O CASO DOS PADRES DE MACÚTI – BEIRA

Catholic clerics and the national liberation struggle in Mozambique:
The case of Macúti priests – Beira

RESUMO: No decorrer da luta de libertação nacional em Moçambique, a hierarquia da Igreja Católica dividida-se entre o apoio ao regime colonial e a acusação da violência das forças militares portuguesas. Face às atrocidades das autoridades coloniais, num espírito supostamente nacionalista, alguns padres católicos denunciaram os crimes cometidos contra as populações, neste acto, destacaram-se os padres do Macúti, na Beira. Tratou-se de um caso único envolvendo dois padres portugueses. Compreender o processo da prisão destes padres, constitui o objecto desta pesquisa, especificamente, descrever a forma como o episódio foi abordado pela imprensa. Para a sua materialização recorreu-se ao método bibliográfico e entrevista. A pesquisa mostra-se relevante por apresentar mais uma estratégia usada pelo sistema colonial português visando encobrir as suas atrocidades e repelir o inimigo. O mesmo conclui que a prisão dos padres do Macúti foi orquestrada pelo senhor Bandeira em conluio com o engº Jorge Jardim e a PIDE.

PALAVRAS-CHAVE: Moçambique; Padre de Macúti; Beira; PIDE; Guerra de Libertação Nacional.

ABSTRACT: In the course of the national liberation struggle in Mozambique, the hierarchy of the Catholic Church was divided between the support for the colonial regime and the accusation of violence perpetuated by the Portuguese military forces. Faced with the atrocities of the colonial authorities, in a supposedly nationalist spirit, some Catholic priests denounced the crimes committed against the populations, in this act, the Macúti priests, in Beira, stood out. It was a unique case involving two Portuguese priests. Understanding the imprisonment process of these priests is the object of study of this research, specifically, describing how the episode was approached by the press. For its materialization, the bibliographic method and interview were used. The research is relevant because it presents yet another strategy used by the Portuguese colonial system in order to cover up its atrocities and repel the enemy. It concludes that the imprisonment of the Macúti priests was orchestrated by Mr Bandeira in collusion with the engineer Jorge Jardim and the PIDE.

KEY WORDS: Mozambique; Macuti Priests; Beira; PIDE; National Liberation; War.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

OS CLÉRIGOS CATÓLICOS E A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM MOÇAMBIQUE: O CASO DOS PADRES DE MACÚTI – BEIRA

Tomé Pedro Morais ¹

Introdução

A cidade da Beira, localizada na região centro de Moçambique marcou o extremo de uma linha fluída, sinuosa e descontínua que separou duas frentes beligerantes no plano político e militar: de um lado, o governo colonial português e, do outro, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Uma linha que se foi deslocando à medida que a guerrilha da FRELIMO progredia e irrompia no terreno.

Todos os dias chegavam ecos dos acontecimentos do Norte trazidos por intérpretes mais ou menos imediatos, com destaque para cantineiros, transportadores ou proprietários de machambas (hortas), além de outros emigrantes vindos das cidades de Tete ou Gorongosa, onde a luta entre a FRELIMO e o exército colonial português se tornava cada vez mais renhida. Essas pessoas relatavam, de forma pormenorizada e clandestina, agressões levadas a cabo pelos militares portugueses em diferentes locais e por si testemunhadas.

Foi nesse contexto que ocorreu a acção dos padres Joaquim Teles Sampaio e Fernando Marques Mendes (acompanhados por alguns outros mais). Os clérigos transgrediram as normas do regime colonial ao divulgarem publicamente na igreja do Macúti, na cidade da Beira, o massacre levado a cabo pelo exército colonial em Mucumbura, na região de Tete, ocorrida no dia 4 de novembro de 1971. Apesar das relações tensas, por vezes, mesmo em conflito aberto, entre as autoridades coloniais e sectores da Igreja Católica em Moçambique, o episódio adquiriu contornos de singularidade, por ter conduzido à prisão de clérigos portugueses e pelas suas repercussões na imprensa internacional.

A bibliografia existente sobre este caso, para além de referências em obras mais gerais, é ainda reduzida. O livro de Santos, Rodrigues, Leite e Pott (1973), *Moçambique & Guerra colonial - 'o julgamento dos padres do macúti'*, faz uma descrição exaustiva da situação, com relatos quase cotidianos dos eventos. Tenta desmentir a perspectiva dominante na imprensa da época, expondo a versão do padre Sampaio, provavelmente transmitida através de uma entrevista. Os autores criticam alguns jornais, principalmente o *Notícias da Beira*, pela forma como reportaram o caso. Analisam, igualmente, os detalhes dos julgamentos militares a que os

¹ Docente de História na Universidade Púnguè (Chimoio) faculdade de Letras, Ciências Sociais e Humanidades - Doutorando em História de África Contemporânea pela UP-Maputo. tpedromor7@yahoo.com.br
Agradeço imensamente a Eugénia Rodrigues, do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, por ter lido e revisado partes deste artigo. A ela sou grato pelo apoio dado.

padres foram submetidos, apresentando para o efeito o pronunciamento, a acusação e a defesa dos processos.

Destaca-se também o livro de Costa (1996), intitulado *A obra missionária em Moçambique e o poder político*. Ao descrever as missões católicas em Moçambique, à luz da Concordata e do Acordo Missionário entre o Estado português e a Santa Sé, o autor faz referência à acção dos Missionários de África, os chamados Padres Brancos, sobretudo na cidade da Beira, evidenciando a sua oposição à guerra colonial e a sua defesa da autonomia de Moçambique. Nesta abordagem, Costa traz também como exemplo o incidente com os padres da igreja do Macúti, descrevendo os aspectos mais salientes do episódio. Destaca as injúrias a que os clérigos foram sujeitos, nomeadamente nos julgamentos, e a intervenção da Conferência Episcopal de Moçambique. Trata-se de uma abordagem mais superficial do caso, quando comparada com a anterior.

Há também que fazer referência a um pequeno artigo de Brandão (2004), Os Padres do Macúti, publicado na *História* (Lisboa), num número sobre Catolicismo e direitos políticos 1978-2003. O autor analisa o incidente e aponta Jorge Jardim, o principal empresário e político da Beira e, igualmente, o dono do *jornal Notícias* da Beira, como obreiro da prisão dos padres, por terem criticado numa homilia a falta de humanidade do regime colonial e a permanente actuação fora do quadro de *Direitos do Homem*. Avalia a acusação judicial, os seus fundamentos, as decisões e as conclusões dos juízes no processo de julgamento dos dois padres.

Mais recentemente, Couto (2011) aborda o caso em Moçambique 1974, O fim do império e o nascimento de uma nação. O autor explora o contexto em que ocorreu a prisão dos padres, especificamente o ambiente turbulento que caracterizava então as relações entre Portugal e a Santa Sé, abaladas desde a audiência privada concedida pelo Papa Paulo VI, em Julho de 1970, aos líderes dos movimentos de libertação de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. O autor destaca, ainda, as anteriores afirmações do Papa na Conferência Episcopal Africana, realizada no Uganda em 1969, na qual Papa Paulo VI declarou: “Nem o colonialismo nem o neocolonialismo, mas sim ajuda e impulso às populações africanas de modo a torná-las capazes de exprimir com o seu génio próprio e com suas próprias forças, as estruturas políticas, económicas e sociais” (COUTO, 2011, p. 81). Este discurso mostrava o posicionamento da Santa Sé quanto ao colonialismo em África. Esse clima de tensão, que tinha dinâmicas próprias em Moçambique, culminou com a expulsão dos Padres Brancos de Moçambique, em maio de 1971. Couto aprofunda o caso dos padres do Macúti, analisando as hipóteses que explicam a iniciativa dos padres de denunciarem as injustiças sociais que então se viviam.

O caso dos padres do Macúti, apesar da censura vigente no regime ditatorial português, teve repercussões na imprensa portuguesa e internacional. A começar pela própria imprensa

local, nomeadamente o *Notícias da Beira*, periódico que foi também protagonista na luta contra aos padres e as suas denúncias.

Compreender o processo da prisão dos padres do Macúti constitui o foco principal do presente artigo, especificamente, descrever a forma como o caso foi propalado pela imprensa colonial em Moçambique e a nível internacional. Para a sua materialização, recorreu-se a vários estudos publicados, a documentos de arquivo, como os relatórios do administrador colonial da Beira sobre os incidentes com missionários, recortes de jornais publicados na cidade da Beira (principalmente, o *Notícias da Beira*, que foi o primeiro a abordar o caso), jornais publicados em Portugal e noutras partes do mundo. Estas referências são conciliadas substancialmente por uma entrevista telefónica que tive a oportunidade de realizar com o padre Joaquim Teles Sampaio, no dia 22 de julho de 2019, a partir de Lisboa para a região de Manteigas, e pelo testemunho do antigo padre Fernando Marques Mendes, publicado recentemente.

O estudo apresenta quatro seções. Na primeira, faz-se da guerra colonial em Moçambique e descreve-se as estratégias adoptadas pelo sistema visando impedir que as informações sobre as diferentes atrocidades fossem do conhecimento público. Caracteriza-se o palco dos acontecimentos de 01 de janeiro de 1972 que culminaram com a prisão dos padres do Macúti. No segundo momento aborda-se o incidente da bandeira que constituiu pretexto para a prisão e condenação dos clérigos, em seguida, retrata-se o processo de prisão na Beira e em Lourenço Marques; na quarta e última seção, analisa-se a forma como diferentes jornais reportara o incidente dos padres do Macúti e finalmente apresentam-se determinadas conclusões sobre o estudo.

1. A guerra e o “crime” dos padres do Macúti

A luta de libertação em Moçambique teve início nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, no dia 25 de setembro de 1964. De lá, os combates contra o exército colonial foram-se estendendo a outras regiões, nomeadamente as actuais províncias de Tete, Manica, Sofala e Zambézia. A guerra, por si só, envolveu vários mecanismos. Um dos mecanismos adoptados pelo governo colonial consistia na censura das acções levadas a cabo pelo exército colonial nas diferentes frentes de combate, as quais incluíam massacres e a tortura de comunidades inteiras. Ainda assim, alguns jornalistas portugueses divulgaram, através de colunas em jornais e de livros, situações vividas na guerra de libertação em Moçambique, que decorreu entre 1964 e 1974. Foram, por exemplo, os casos de dois jornalistas que chegaram a publicar em livro o que conseguiram investigar e vivenciar sobre Moçambique: Carlos Martinho Simões (*Nas Três Frentes Durante Três Meses*, 1966) e Guilherme de Melo (*Moçambique Norte - Guerra e Paz*,

1968); sendo o primeiro, jornalista do Diário de Notícias (Lisboa) e o segundo do Notícias (Lourenço Marques). Na generalidade, os dois livros são conjuntos de reportagens e crônicas remodeladas e refundidas sobre o teatro da luta, tanto como descrições do que o regime ia fazendo para enfrentar e debelar os confrontos. Estes escritos são acompanhados de relatos do que tiveram a oportunidade de observar, nos quais a guerra é descrita como terrorismo.

Com efeito, a posição oficial do regime colonial era que “fazia frente aos bandos armados equipados, treinados e instruídos por agentes a soldo da ideologia comunista com o apoio hipócrita de alguns democratas ocidentais” (BERNARDO, 2003, p.27). Portanto, os padres do Macúti, ao denunciarem o cenário de guerra no Norte de Moçambique e o massacre de Mucumbura, estavam a infringir as normas do regime colonial, pelo que foram presos, condenados e expulsos de Moçambique. O bairro do Macúti tem a sua:

origem no princípio do século XX, no início da edificação da cidade da Beira. Foi sendo construído, a leste da cidade, numa zona de matagal de arbustos, capim e canavial, cercada, de um lado, por um terreno alagadiço e, do outro, por áreas com casuarinas, que protegiam a área da invasão da água do mar. A região era, inicialmente, habitada por populações provenientes de Sena e Sofala. Para esta zona foram enviados missionários franciscanos da Missão de Nossa Senhora do Rosário da Beira, que construíram uma escola no bairro de Macurungo. Com o passar do tempo, a área do Macúti começou a ser desbravada desde o limite da Cidade da Beira até ao farol do Estoril, onde foram sendo erguidas belas moradias e outras infra-estruturas atractivas e luxuosas (COSTA, 1996, p.15).

A fim de atender as necessidades religiosas da população aí residente, o bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Resende, mandou construir uma ampla igreja dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, concluída em 1964. Inicialmente, a paróquia ficou a cargo de sacerdotes do paço episcopal e, mais tarde, do padre Joaquim Teles Sampaio e do seu co-adjutor Fernando Marques Mendes. Nesta altura, o bairro tinha uma superfície de 17 km² e cerca de 7.000 habitantes, dos quais 2.900 eram católicos. Foi nesta paróquia que ocorreu o célebre incidente com os padres do Macúti, de que tanto se falou dentro e fora de Moçambique, a partir de diferentes agências noticiosas (COSTA, 1996, p. 116).

No dia 1 de janeiro de 1972, assinalava-se em toda a Igreja Católica o Dia Mundial da Paz. O padre Sampaio para a missa da tarde desse dia na Igreja Sagrado Coração de Jesus do Macúti, perante uma numerosa assembleia de colonos europeus, escolheu como tema da sua homilia, conforme a directiva do Papa Paulo VI, Se queres a paz trabalha pela justiça, desenvolvendo a temática actual que era a guerra em Moçambique. O tema tinha sido já abordado na missa da manhã, perante uma assistência mais reduzida, pelo padre Mendes (MENDES, 2019, p.27). A homilia do padre Sampaio reflectia sobre “o domínio de uma raça sobre a outra”, “condições muito mais precárias nos de cor negra”, a “exploração no trabalho”, a

inferiorização das “culturas nativas”, bem como defendia “o dever de eliminar a guerra. A uma guerra de opressão não pode responder-se com outra guerra de repressão” e denunciava as torturas (SAMPAIO, 2019; MENDES, 2019).

A intenção do pároco, avançada por Costa (1996) e Santos et al. (1973) e confirmada pelo próprio padre Sampaio (2019), era fazer entender aos crentes presentes na missa, na sua maioria de origem europeia, a situação de guerra que se vivia em Moçambique e as grandes injustiças que se cometiam, a violação dos direitos humanos, os massacres criminosamente perpetrados contra pessoas inocentes. A homilia era uma abordagem melindrosa e delicada do tema Se queres a paz trabalha pela justiça, ao esmiuçar concretamente a questão da guerra colonial. Conforme declarações em entrevista, o padre Sampaio (22 de julho de 2019), referiu que “só quem tivesse conhecimento dos factos e dados na mão, sem receio dos poderes deste mundo, e estivesse disposto a ‘obedecer mais a Deus do que aos homens’ podia fazer o que ele fez”.

Os padres Joaquim Teles Sampaio e Fernando Marques Mendes, assumiam, assim, corajosamente, as consequências que poderiam resultar de uma clara denúncia da guerra colonial e dos crimes que se vinham cometendo. A homilia era explosiva ao denunciar os actos macabros levados a cabo pela tropa colonial no teatro da guerra.

No seu discurso, segundo Couto (2011, p. 83-84), o padre Sampaio acusava “o regime de fazer torturas para arrancar confissões, prisões prolongadas sem julgamento, padres expulsos sem serem ouvidos”. Mais adiante, contextualiza: “Celebrando o dia da paz, estando em guerra em Moçambique” (...). Questionava, por que há guerra em Moçambique? Em resposta, defendia que tal acontecia porque tinha havido e ainda havia muitas injustiças cometidas durante séculos. E acrescentava que “muitos ladrões, degredados que ninguém aturava do outro lado de lá, no Atlântico, tinham sido gente grande em África”(…).

No seguimento da homilia, ele denunciou o massacre de Mucumbura, ocorrido em novembro de 1971, contra a população civil indefesa. Acusou o regime colonial de ter queimado e destruído habitações e de ter aniquilado um grupo de 16 pessoas, entre mulheres e crianças queimadas vivas, conforme a informação que recebera dos padres da congregação espanhola de Burgos. Com efeito, os padres Sampaio e Mendes tinham recebido a 24 de dezembro de 1971, através do padre Enrique Ferrando, um relatório do massacre de Mucumbura, elaborado pelos padres Alfonso Valverde e Martín Hernandez da Congregação de Burgos a prestar serviço em Tete (MENDES, 2019; COUTO, 2011, p. 402). Os padres do Mácuti, não suportando a notícia, sentiram-se revoltados e quebraram o silêncio, denunciando o massacre. De resto, o padre Sampaio afirmou que todas as informações sobre a guerra no Norte (Cabo Delgado e Niassa) e Tete eram obtidas através de testemunhas oculares e com dados concretos.

O padre Sampaio durante a homilia da missa do dia 1 de janeiro de 1972 na igreja Sagrado Coração de Jesus do Macúti criticou, segundo se pode entender em Couto (2011 p. 117), o facto de a imprensa silenciar o que se passava na guerra. Conforme o próprio padre, ele afirmou que a imprensa estava mais ocupada em noticiar os concursos e desfiles de misses, assim como em difundir anúncios de boites e cabarés, relatar quem saía e quem entrava e descrever jantares célebres de dirigentes. Os jornais, na sua maioria, uns por medo da censura, outros por interesses econômicos, outros, ainda, por não quererem saber deixavam de relatar o que se passava na guerra.

No final da homilia, o padre Sampaio referiu que a igreja tinha a obrigação grave de denunciar as injustiças, sem formas vagas, denunciando aqueles que se diziam cristãos e violavam descaradamente o evangelho e os direitos fundamentais do homem.

A homilia era, portanto, uma denúncia da guerra colonial e, mais especificamente, do recente massacre de Mucumbura, ao mesmo tempo que criticava a imprensa. Na altura da missa, não apareceu ninguém reagindo à homilia. Apenas um médico, no fim da cerimônia religiosa, se dirigiu à sacristia comunicando que tudo aquilo era verdade, mas que não deveria ser falado. As afirmações do padre certamente que esfriaram os ouvintes, uns incrédulos e outros revoltados pela frontalidade da descrição.

O padre Teles Sampaio fazia, assim, do púlpito da igreja do Macúti um local para denunciar as injustiças sociais, mesmo levando em conta que entre os seus crentes e ouvintes existiam informadores e agentes da PIDE, a polícia política do regime do Estado Novo português, que iam registando o teor das suas homilias. Nos dias seguintes, vários paroquianos foram chamados à PIDE para se pronunciarem sobre a homilia. Não se sabe exatamente o que estes disseram, mas segundo Couto (2011) acredita-se que a maior parte defendeu o pároco.

A homilia, segundo Bernardo (2004), por ter sido proferida no púlpito, não foi suficiente para determinar a prisão do padre. Eram necessários actos concretos fora dele e que não tardaram a acontecer. O episódio simples envolvendo escuteiros e a bandeira portuguesa (do qual falaremos em seguida) deu à PIDE a oportunidade para prender, uma semana depois, os padres do Macúti, acusados de conspirar contra o estado e de incentivar os africanos ao espírito nacionalista e à separação de Moçambique de Portugal.

A ação dos padres mostrou-se coerente com as regras do seu apostolado, pois trouxeram ao público a notícia dos fatos. Com isso, os padres, segundo Couto (2011), davam testemunho da linha de rumo de uma Igreja que se queria menos teológica e menos dogmática e mais implicada nas soluções concretas dos problemas sociais e humanos.

2. O incidente da bandeira, o “agravante”

A denúncia das atrocidades praticadas na guerra foi agravada por outro episódio em torno da bandeira portuguesa. O fato deu-se no dia 9 de janeiro de 1972, portanto, cerca de uma semana depois da denúncia do massacre de Mucumbura e ainda dentro das festividades natalícias. Era celebrado na paróquia o Dia da Comunidade, em que os parentes se reuniam para uma celebração litúrgica e uma confraternização com recreação à mistura. Tratava-se de um encontro que mobilizava toda a paróquia e no qual podiam participar os não crentes pelo caráter recreativo e musical de que se revestia o evento.

Na missa da tarde desse dia (um domingo), alguns jovens do agrupamento nº 252 do Corpo Nacional de Escuteiros, comandados por um elemento mais velho, Artur Bandeira Rodrigues, pretendiam realizar a “promessa” solene de “lobitos”. No entanto, surgiu a inesperada oposição do padre Fernando Mendes, coadjutor da paróquia do Macúti, a que a bandeira nacional portuguesa entrasse no templo. Com efeito, para além da bandeira dos escuteiros, sob a qual seria feita a “promessa” na igreja perante Deus, conforme o regulamento, os escuteiros pretendiam que na cerimônia se erguesse o símbolo da pátria, a bandeira (COUTO, 2011, p. 84).

Para o padre, expor a bandeira portuguesa, que era o símbolo da ocupação, poderia ferir a sensibilidade de muitos moçambicanos ali presentes e que não eram alheios ao sofrimento dos seus “irmãos de raça”, conforme considerou o padre Sampaio (2019). Gerou-se um conflito entre o padre Fernando Mendes e o chefe do agrupamento, que era afilhado de Jorge Jardim. O padre Sampaio foi chamado a intervir para dirimir a contenda. Não querendo desautorizar o coadjutor, deu-lhe toda razão e apoio, insurgindo-se contra o que considerou ser a linguagem desagradável usada pelo chefe do agrupamento no momento (SAMPAIO, 2019). A cerimônia não chegou a ter lugar por decisão de Alfredo Rodrigues (MENDES, 2019). Esse foi, segundo o padre Sampaio (2019), o seu procedimento, nunca tendo proferido qualquer palavra ofensiva ou menos correta contra a bandeira portuguesa, como mais tarde viria a provar-se nos dois julgamentos dos tribunais militares a que foi submetido, primeiro na então Lourenço Marques, no 1º Tribunal Militar Territorial, entre 8 e 25 de Janeiro de 1973, e, depois, em Lisboa, no Supremo Tribunal Militar de Santa Clara, a 25 de Maio do mesmo ano.

Os escuteiros, discordando da atitude do padre, na noite do mesmo dia, mobilizaram a população da cidade. A minoria branca, proveniente de todos os bairros, saiu à rua em veículos tocando buzinas e transportando uma grande bandeira portuguesa. Chegados à igreja do Macúti, os manifestantes aglomeraram-se no alto da escadaria em volta da bandeira. Entoaram, então, o hino de Portugal e romperam vibrantes “Vivas” a Portugal e “Morras” aos traidores. Enquanto

entoavam o hino, alguns populares subiram à torre da igreja e tocaram os sinos (SANTOS, 1973).²

Posteriormente, a multidão dirigiu-se à baixa da cidade e, em frente ao edifício municipal, voltou a entoar o hino de Portugal. Os carros prosseguiram num desfile em caravana por várias artérias, gritando “Vivas”, que eram replicados nos passeios por massas numerosas e compactas. De seguida, a multidão dirigiu-se à residência do Governador do Distrito, em frente à qual voltou a entoar o hino de Portugal. O governador, segundo o jornal *Notícias da Beira*, do dia 9 de janeiro de 1972, acompanhado pela família, foi ao encontro do grupo e mostrou-se sensibilizado com a manifestação da população, tendo agradecido o envolvimento de todos e pedido calma e assegurado que “a justiça seria feita dentro de poucas horas”. Manifestou, ainda, a sua satisfação por ver que pelas ruas da Beira corria e vibrava o patriotismo que estava no sangue e nas veias dos portugueses, não sendo necessário recorrer às armas ou à violência.

No dia seguinte, 10 de janeiro de 1972, o jornal *Notícias da Beira*, segundo Couto (2011, p. 84), fez do acontecimento um escândalo nacional ao publicar em toda a sua extensão uma manchete da primeira página cinco fotografias do padre Sampaio com o título “Crime contra a harmonia racial. Nós denunciámos. Foi este o homem que impediu a entrada da bandeira nacional na igreja do Macúti”. Desta forma, começava o caminho para o calvário dos padres do Macúti. Assim, com a imprensa e a rádio a aliciar a opinião pública, as forças da ordem tiveram o campo aberto para prender os dois padres. Estes foram levados no dia 14 de janeiro, de Vila Pery (Chimoio), onde participavam numa semana pastoral destinada aos missionários da Beira e Tete, para a cadeia da cidade. O episódio da bandeira foi suficiente para que a PIDE encarcerasse os padres (COUTO, 2011, p. 85).

De uma forma geral, o caso da bandeira foi uma orquestração entre Jorge Jardim e a PIDE de forma a arranjar argumentos que justificassem a acusação de ofensa a um símbolo nacional a fim de facilmente deter os padres e os levar ao tribunal (MENDES, 2019). A denúncia feita em púlpito perante muitas pessoas não constituía matéria suficiente para deter os padres, apesar da gravidade da situação. No entanto, a questão da bandeira serviu perfeitamente para deter os padres e os acusar de traição.

3. A prisão

A prisão dos padres da igreja de Macúti gerou um clima de insegurança, inquietação e mal-estar no seio da população, sobretudo africana, tal como um ambiente de instabilidade eclesial, que ia abrindo brechas nas consciências e divisão entre os membros da igreja. Com

² PT/TT/SCCIM/A/9/286

efeito, apesar do clima de tensão entre as autoridades coloniais e alguns sectores da Igreja Católica em Moçambique, assim como a anterior expulsão dos Padres Brancos, em maio de 1971, e a prisão dos padres espanhóis de Burgos que tinham denunciado o massacre, era a primeira vez que o regime colonial prendia padres portugueses. Antes de recolherem à prisão, os padres, segundo Costa (1996, p. 121), foram levados numa passeata pelas principais ruas da cidade da Beira em hora de ponta, expondo-os à sanha popular, por vezes traduzida em buzínadelas, como se tratasse de dois criminosos.

Na cidade da Beira, os padres Sampaio e Mendes permaneceram 35 dias encarcerados, no mais completo isolamento, cada um na sua cela, num espaço minúsculo e sem ventilação suficiente e com pouca mobilidade. De acordo com o padre Sampaio (2019), a população africana mostrou-se indignada com a prisão e prestou-lhes apoio num ambiente de civismo. Este apoio se alastrou a todo Moçambique e teve, segundo Costa (1996, p. 121-123), expressão iniludível, que igualmente lhes chegou em “torrentes de solidariedade”, vindas de Portugal e das colônias, por todos os canais de comunicação humana, em expressiva reação vibrante das gentes que formavam a comunidade. Homens e mulheres de variada formação política, seguindo livremente as mais diversas religiões e representando todas as “raças”, cumpriram simplesmente, e como outros, o dever imposto pelas suas consciências.

Da cidade da Beira onde ficaram presos durante 35 dias, os padres foram transferidos para a prisão da Machava, a cadeia dos presos políticos na então Lourenço Marques, onde ficaram cerca de um ano a aguardar o julgamento. O padre Sampaio (2019) relata que na prisão viu verdadeiros cadáveres ambulantes, entre os quais muitos macondes e macuas que nada sabiam das suas famílias, que, por sua vez, já não os consideravam vivos. Na cadeia da Machava, foram igualmente presos os padres de Burgos, Martin Robles e Alfonso Valverde Leon, que acabaram por ser libertados no final de 1973, sem nunca terem sido julgados. É interessante salientar que o Relatório da Polícia de Segurança Pública da Província de Moçambique, de 18 de abril de 1972, cujo teor foi tido como confidencial, considerou o comportamento do padre Sampaio como influenciado pelos contactos com o padre de Burgos Manuel Henriques, pároco da igreja da Sagrada Família, no bairro da Manga, na Beira, o qual também foi tido como indivíduo de acções perigosas pelas críticas que fazia à política portuguesa em Moçambique.

Diante das acusações, os dois réus da paróquia do Macúti enfrentaram o processo criminal que foi instruído nos termos da lei. A verdadeira razão do processo judicial foi a denúncia da violência da guerra, sobretudo, segundo o padre Sampaio (2019), “o massacre de Mucumbura na região de Tete”, onde eram missionários os dois padres espanhóis que testemunharam o acto e deram a notícia sobre o incidente com todos detalhes. Foram também

eles que sepultaram as pessoas que tinham sido carbonizadas pelas tropas portuguesas nas suas casas, junto de uma cantina pertencente ao Sr. Gabriel, de nacionalidade portuguesa.

No entanto, no processo judicial, a acusação contra os padres do Macúti foi a de insulto à bandeira nacional, que tinha sido impedida de entrar na igreja durante a cerimônia de escuteiros. Imediatamente se percebeu que a questão de fundo fora a homilia proferida dias antes, a 1 de janeiro de 1972, Dia Mundial da Paz, com a denúncia das várias atrocidades cometidas pelas forças militares portuguesas em Moçambique, nas zonas de guerra, em particular o massacre de Mucumbura. Na referida homilia o padre Sampaio denunciou a discriminação racial presente e a guerra, duas faces da realidade colonial vigente, afirmando: “a uma guerra de opressão não se pode responder com outra guerra de repressão” (SAMPAIO, 2019).

Os dois padres tiveram dois julgamentos. O primeiro de acordo com Costa (1996, p. 124 - 128) teve lugar no 1º Tribunal Territorial de Moçambique entre 8 e 25 de janeiro de 1973 no qual os clérigos eram acusados de crime contra a segurança do Estado e pelo facto o Ministério Público pedia uma condenação de 24 anos de reclusão. Neste Tribunal Militar tiveram garantida a possibilidade de defesa, através de advogados, mas, mesmo assim, foram condenados a penas de prisão, consideradas já cumpridas com a prisão preventiva durante mais de um ano, mas a sentença proferida em 25 de janeiro absolveu os réus não obstante o recurso para o Supremo Tribunal Militar em Lisboa. A pena foi equiparada nos meios eclesiásticos a uma absolvição, mas, em contrapartida, deixou indignados os sectores políticos e militares que sustentavam a acusação. Cerca de um mês depois, estando os padres acolhidos fraternalmente no Paço Episcopal por D. Altino R. Santa e perante uma nova campanha desencadeada pelos mesmos sectores contra os padres, estes foram obrigados a abandonar a cidade da Beira com destino a Lisboa de forma clandestina. Aqui, no Supremo Tribunal Militar de Santa Clara, em 25 de maio de 1973, ocorreu o 2º julgamento, em consequência de um recurso, mas foi confirmada a sentença anterior.

4. A imprensa colonial

O incidente com os padres do Macúti despertou a atenção da imprensa local e mundial, tendo constituído um caso bastante reportado por diferentes órgãos de comunicação social. Os jornais foram abordando a matéria sob várias perspectivas até ao final de fevereiro de 1972 e depois intensificaram a cobertura no período do julgamento, em 1973, dado o caso envolver padres europeus e de nacionalidade portuguesa, constituindo, assim, “uma pedrada no charco”. Por outro lado, a denúncia aparentava constituir um desafio ao poder colonial, em nome da paz. Ao nível da imprensa portuguesa, os massacres não podiam ser abordados directamente, já que o

regime fascista exercia a censura como forma de esconder os crimes praticados na guerra. Assim, em geral, a abordagem na imprensa era provavelmente uma manobra para acusar os padres.

As circunstâncias de então segundo Brandão (2004, p. 47) não eram favoráveis à independência de Moçambique, como os clérigos pretendiam nos seus discursos, daí ter havido uma posição sintomática assumida neste processo pelos órgãos noticiosos locais e de Lourenço Marques. Neste caso, há que destacar o periódico *Notícias da Beira*, pertencente na época ao Eng Jorge Jardim. Também a emissora Aeroclub da Beira se referiu ao episódio, com grande destaque em todos os noticiários, enquanto a *Rádio PAX*, a emissora católica, aludiu a ele em breves boletins noticiosos. O caso teve grande repercussão no seio da população urbana.

O jornal *Notícias da Beira* foi o primeiro órgão de imprensa a reportar o incidente com os padres do Macúti, repudiando e denunciando as suas acções com títulos “explosivos” como refere Costa (1996). O jornal tornou-se também actor dos acontecimentos ao publicar artigos tendentes a promover um ambiente de perseguição contra os padres, acusados de terem “traído a pátria” ao denunciarem o massacre de Mucumbura ao público. A título de exemplo, na edição do dia 10 janeiro de 1972, aparecia o título “Crime contra a harmonia racial: padres Sampaio e Fernando. Nós denunciámos”. E ao longo do texto acusava-se os padres de criminosos, alegadamente por difundirem o ódio:

Sejam quais forem para nós as consequências e seja qual o preço a pagar por isso, temos de defender a verdade. (...) Assumindo plena responsabilidade, denunciámos os actos criminosos cometidos por homens que deviam servir o amor e se mentem a semear o ódio. (...) São culpados desses crimes os padres Teles Sampaio e Fernando da paróquia do Macúti.³

Ao discorrer sobre a suposta “harmonia racial”, que teria sido quebrada pela acção dos padres, o jornal evocava uma das bandeiras ideológicas do regime colonial na época, o luso-tropicalismo. Segundo o *Notícias da Beira* “a juventude, património valioso e em cujo convívio multi-racial confiamos o futuro de paz e de justiça que ambicionavam, não podia ser campo para a sementeira de ódios”.⁴ Conforme o jornal, a indignação tomara conta das famílias dos escuteiros e alastrara a toda a cidade.

No dia 12 de janeiro de 1972, o jornal publicava um vigoroso artigo de fundo com cinco colunas, com o título “A Beira renova o seu apoio ao governo”, em claro apoio ao regime colonial. Tratava-se de uma reportagem sobre a manifestação da multidão concentrada junto da sede do então governo distrital, ilustrada com uma fotografia. Refere-se logo no início do texto que a cidade da Beira soube reagir com dignidade ao que foi considerado uma grave afronta cometida contra o símbolo de Portugal, ou seja, a bandeira.

³ Ver PT/TT/SCCIM/A/9/286, s.p.

Sobre o incidente, o mesmo jornal publicou inúmeros artigos, comentários dos procuradores, dos padres e cartas de leitores, na sua maioria, com um posicionamento de repúdio às atitudes cometidas pelos padres, qualificando-os como traidores, insensíveis e maus servidores da Igreja. Eram manchetes e conteúdos injuriosos para os clérigos, com verbos e adjectivos que visavam denegrir a sua imagem com todos os arsenais possíveis. Destacam-se expressões como: “crime contra a harmonia racial”.⁵

A título de exemplo, a edição do dia 29 de janeiro de 1972, na continuação de um comentário esclarecedor com o título “O caso dos padres do Macúti – A igreja não está em causa”, indaga numa das passagens, Mais ainda hoje não conseguimos encontrar outra qualificação para o acto que impediu jovens de todas as raças, irmanados num ideal dos mais nobres de se congregarem em torno da Beira e do Altar para a promessa escutista que, segundo os ditames deste significantemente movimento, é antecedida por longa e profunda mediação de todo um ideário e que coroa a solene admissão na fraternidade universal que Baden-Powell nos legou como objectivo supremo.⁶

A ação do jornal foi, segundo Santos et al. (1973), saudada por muitas pessoas pertencentes ao sector minoritário europeu ou europeizado, apoiantes do regime, mal informadas ou apenas apreensivas com a sorte dos negócios de que, algumas vezes, nem sequer eram donas, mas simples mandatárias, embora bem remuneradas. Este grupo, ao invés de apurar as ocorrências e responsabilidades, preferiu escamoteá-las, negá-las, e, dando primazia à questão do patriotismo, acusar os padres de co-autores, conscientes ou inconscientes, de uma acção qualificada como anti-portuguesa.

Nos dias subsequentes à prisão dos padres, segundo Brandão (2004, p. 45-46) a acção do jornal foi especialmente marcada pela publicação de textos defendendo a necessidade de os criminalizar e prender, com o recurso a diversos argumentos, conforme as conveniências tácticas do momento. Desta forma, o aludido acontecimento era condimentado com os necessários ingredientes dramáticos, aproveitado, agravado e explorado para servir de capa aos propósitos de influenciar os colonos e pressionar as autoridades a tomarem medidas punitivas sumárias cujo alcance estava à vista.

Os dois padres atribuíram às referidas publicações do Notícias da Beira as consequências judiciais que sofreram, as quais relacionaram com a manipulação dos factos nas páginas do jornal, assim como com as calúnias e injúrias aí propaladas (SAMPAIO, 2019).

Em Moçambique, o caso dos padres do Macúti mereceu também a atenção do jornal A Tribuna, publicado na então Lourenço Marques. Na edição do dia 12 de janeiro de 1972, sob o

⁴ Ver PT/TT/SCCIM/A/9/286

⁵ Notícias da Beira, 10 de janeiro de 1972, ver em PT/TT/SCCIM/A/9/286, s.p.

título “No Macúti – A Bandeira Chegou a Entrar”, o jornal apareceu mesmo a retratar-se da notícia publicada no dia anterior. No artigo pode ler-se: “podemos informar, após contactos telefonicamente estabelecidos com a Beira, que a Bandeira chegou a penetrar no templo”.⁷ Portanto, de acordo com o jornal, os escuteiros chegaram a entrar com a bandeira na igreja durante a missa e ali permaneceram “em formatura numa ordeira e justa atitude de firmeza”, pois a conversa sobre a sua entrada ou não teve lugar no gabinete do padre.⁸ Este foi o único órgão de comunicação social que reconheceu ter difundido informações acusatórias contra os padres sem apurar a veracidade dos factos.

Por sua vez, em reação aos acontecimentos da igreja do Macúti, no dia 13 de janeiro de 1972, o *Jornal Notícias*, de Lisboa, publicou um editorial com o seguinte título: “O caso dos padres da Beira – Em todas as épocas de crise houve sacerdotes desencaminhados”. O artigo defendia que o caso da Beira era um “escândalo” e que o incidente tinha raízes nos inimigos de Portugal que pretendiam perturbar as relações tradicionalmente boas entre a Santa Sé e o estado português. O editorialista secundava a posição do governo português, considerando que o incidente servia para os seus detractores discorrerem sobre a tensão entre a Igreja Católica e o governo.⁹

Ao nível internacional, vários jornais publicaram artigos analisando os fatos que levaram à detenção e a acusação dos padres, assim como os próprios julgamentos e a moldura penal a aplicar. De uma forma geral, os artigos procuraram abordar o assunto a fim de entendê-lo, assim como aprofundar o que na realidade teria acontecido para que o governo de Portugal ordenasse a detenção dos seus clérigos.

Jornais como o *Daily Journal da África do Sul*, *El Universal*, *El Nacional Ult*, *Noticias*, *El Mundo* e *La Verdade* publicaram artigos, maioritariamente, após o julgamento nos dias 27, 28 e 29 de janeiro de 1973. Nessas publicações, eram salientadas as causas da condenação dos padres por atividades contra o governo colonial, realçando que a principal acusação contra o padre Sampaio fora a de ter denunciado, a partir do seu púlpito, as atrocidades cometidas por tropas portuguesas envolvidas na luta contra a guerrilha no norte de Moçambique e, principalmente, o massacre de Mucumbura. Referem que a sentença para estes foi de 20 meses de prisão.¹⁰

A título de exemplo, a imprensa sul-africana de 29 de janeiro de 1973 faz referência ao caso com maior incidência no processo de julgamento que acabara de acontecer. Realçando, na

⁶ PT/TT/SCCIM/A/9/286, s.p.

⁷ PP/TT/SCCIM/A/9/286, s.p.

⁸ PP/TT/SCCIM/A/9/286, s.p.

⁹ PP/TT/SCCIM/A/9/286, s.p.

¹⁰ PT/TT/SCCIM/A/9/286.

sua maioria, que os padres condenados tiveram a sua pena suspensa, destacam que na ocasião em que foi lida a sentença, eles teriam sido acolhidos com regozijo por simpatizantes, incluindo outros padres, bispos, freiras e estudantes, enquanto a maioria conservadora da população de Lourenço Marques estaria irada pela suavidade da decisão do tribunal. Pelo seu lado, o jornal *The Rand Daily Mail*, ao descrever o caso, mencionou as penas aplicadas pelo tribunal e salientou que este não considerou provadas as alegações dos padres sobre as atrocidades. Ao mesmo tempo, com base em correspondências de Lourenço Marques, acrescentou que os padres não foram chamados a depor pelas autoridades militares, quer pelo oficial comandante do 28º Comando, que se diria responsável pelas alegadas atrocidades, quer pelo chefe da Polícia de Segurança, quer ainda pelo comandante militar da Zona Norte, (Ibid).

A publicação da imprensa rodesiana *The Rhodesia Herald*, em Salisbúria (actualmente, Harare), no dia 17 de janeiro de 1973, não se distanciou da sul-africana ao apresentar o título “P.E.A Killings alleged”. O artigo fez um aprofundamento do julgamento em Lourenço Marques, concluindo que as alegações dos advogados do padre Mendes e Sampaio se aproximavam das notícias dadas antes pela imprensa rodesiana (em novembro do ano anterior, quando do massacre de Mucumbura) sobre os Morticínios indiscriminados cometidos pelas tropas portuguesas entre os Africanos, dos quais muitos se haviam refugiado no Malawi (Ibid).

Numa outra publicação do mesmo jornal, com o título *P.E.A Priest is accused of urging surrender*, do dia 16 de janeiro de 1973, referiu-se que a defesa dos padres alegou que a prisão dos seus constituintes se deveu a uma campanha contra os missionários católicos inspirada pelo engenheiro Jorge Jardim, que pretendia uma espécie de “independência rodesiana” em Moçambique

Considerações finais

Descrever com minúcia e analisar alguns escritos dos jornais da cidade da Beira e do Mundo em geral constituíram o objecto do presente artigo cujo mesmo foi alcançado, isto olhando para o facto de: ao denunciarem os crimes da guerra, os padres Joaquim Teles Sampaio e Fernando Marques Mendes estavam a defender valores essenciais da dignidade humana e de uma Igreja que se dizia universal.

A denúncia da violação desses valores pelo regime colonial era entendida por eles como uma prova da sua entrega abnegada ao serviço da Igreja, donde eles teriam enfrentado o poder colonial, conhecendo os riscos que corriam. Com efeito, o episódio decorreu no contexto do agravamento dos confrontos militares entre a FRELIMO e o exército colonial, assim como da agudização dos conflitos entre sectores da Igreja Católica em Moçambique e o governo colonial.

A imprensa da cidade da Beira, sobretudo o jornal Notícias da Beira, foi manipulada pela musculatura financeira de Jorge Jardim que influenciou a população local para pressionar a PIDE e o sistema judicial visando transformar o caso da bandeira, no seguimento da denúncia do massacre de Mucumbura, em crime de traição à pátria, por forma a sancionar os padres. Vale aqui, lembrar que, toda a encenação da bandeira foi orquestrada pelo senhor Bandeira Rodrigues em conluio com o eng^o Jorge Jardim, administrador do Notícias da Beira. Logo, no dia seguinte, dia 10 de janeiro, esta era a grande manchete do jornal. Daí os padres terem sido acusados de um suposto crime contra a harmonia nacional quando, na verdade, estava em causa a denúncia da guerra que se vinha desenrolando no norte e centro de Moçambique.

A própria Igreja foi posta em causa, principalmente por alguns órgãos de comunicação social local e internacional, na medida em que foi questionado o seu papel no processo de pacificação das populações associado ao fato de os padres serem brancos. Foi também interpelada na substância da sua doutrina e na forma do seu magistério. Não só Jorge Jardim, a PIDE e a grande maioria da população europeia agiram contra a atuação dos padres. Os próprios governantes coloniais na Beira e em Moçambique repeliram a atuação dos padres, apoiando as intervenções ou violentas campanhas da imprensa movidas por Jorge Jardim, para que os padres fossem sentenciados de forma exemplar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERNARDO, Manuel Amaro. **Combater em Moçambique- Guerra e descolonização 1964-1975**. Lisboa: Lousanense Lda, 2003.

BRANDÃO, Pedro Ramos. “Os Padres do Macúti”. **História** (Lisboa), n. 67, p. 44 – 49, 2004,

CABAÇO, José Luís. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa**. Porto: Afrontamento, 1998.

CARDÃO, Marcos. “O charme discreto dos concursos de beleza e o luso-tropicalismo na década de 1970”, **Análise Social**, 208, XLVIII (3^o), 530 - 549, 2013.

COELHO, João Paulo Borges. **O início da luta armada em Tete, 1968-1969: a primeira fase da guerra e a reacção colonial**. Maputo: AHM, 1989.

CORREIA, Milton Marcial Meque. **Os Yao e o contexto da luta armada de independência nacional de Moçambique (1964-1974)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

COSTA, Dom Ernesto Gonçalves. **A Obra Missionária em Moçambique e o Poder Político**. Braga: Editora Franciscana, 1996.

COUTO, Fernando Amado. **Moçambique 1974. O fim do império e o nascimento de uma nação**. Maputo: Njira, 2011.

DHADA, Mustafah. **The Portuguese Massacre of Wiriyaumu in Colonial Mozambique, 1964-2013**. Nova Iorque: Bloomsbury, 2015.

SANTOS, João Afonso dos; RODRIGUES, Adrião Carlos; LEITE, Pereira António; POTT, Williem Gerard. **Moçambique e guerra colonial – O julgamento dos Padres do Macuti**, Porto: Afrontamento, 1973.

SOUTO, Amélia Neves de. **Caetano e o ocaso do “Império”. Administração e Guerra Colonial Portuguesa em Moçambique durante o Marcelismo (1968 - 1974)**. Porto: Afrontamento, 2007.

FONTES DIVERSAS:

Correio da Manhã, 16 de Outubro de 2011. Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/mais-cm/domingo/detalhe/a-justica-dos-padres>. Acesso em: 20 de Junho de 2019.

MENDES, Fernandes Marques. Os padres do Macúti, a guerra colonial e a denúncia dos massacres de Mukumbura, 2019, Disponível em: <URL:<https://setemargens.com/os-padres-do-macuti-a-guerra-colonial-e-a-denuncia-dos-massacres-de-mukumbura/>> Acessado em 20 de Setembro de 2019,

PT/TT/SCCIM/A/9/286 – Incidentes com missionários. SCCIM nº 429

Revista Voz da Revolução, nº 11, Julho e Agosto de 1972.

SAMPAIO, Padre Joaquim Teles, entrevista telefónica realizada a partir de Lisboa, Portugal, em 22 de Julho de 2019.

Recebido em: 04/06/2020

Aprovado em: 29/11/2020